

EDUCAÇÃO, MEIO AMBIENTE E CIDADANIA

Isabel Cristina Moura CARVALHO¹

RESUMO

A educação, o meio ambiente e a cidadania são temáticas intimamente articuladas. Uma vez que a prática educativa pode ser definida como constitutiva da esfera pública e promotora da capacidade de agir politicamente, tem como sua dimensão inalienável o exercício da cidadania. O meio ambiente diz respeito aos bens coletivos e a todos os espaços comuns onde convivemos com os outros, por isso é um objeto privilegiado para a Ação política cidadã. Através do conceito de Ação humana, de Hanna Arendt, é possível resgatar a dimensão política do convívio social como atividade principal da condição humana e obter os fundamentos necessários para um novo entendimento da educação como formação para a cidadania.

Palavras-chave: Educação, cidadania, meio ambiente, ação política.

1 INTRODUÇÃO

Quando tratamos de educação e meio ambiente, coloca-se o problema dos maus comportamentos. Comportamentos de agressão à natureza e aos espaços comuns são considerados como maus hábitos que a educação, como um instrumento de socialização, deve mudar, reforçando atitudes de conservação e respeito para com a natureza. É ainda corrente em educação ambiental, construirmos a imagem do mundo como uma nave, a nave Terra, constituído por um meio ambiente físico que já está dado desde sempre, onde os homens são os usuários, consumidores, que podem se comportar melhor ou pior em relação ao seu ambiente, conforme forem sensibilizados pela educação.

Gostaria de partir desses pressupostos, comuns na educação ambiental, para colocar alguns problemas e sugerir novos elementos para um outro entendimento da relação entre educação, meio ambiente e cidadania.

Restringir a educação ao campo da mudança de comportamentos é um primeiro problema que parece longe de ser resolvido na educação de modo geral e especialmente na educação ambiental. A educação quer transformar a realidade mas, se entende a realidade como a soma dos comportamentos individuais, fica limitada ao campo da aprendizagem, no sentido comportamental do termo, isto é, restringe-se ao campo do condicionamento, do adiestramento, do treinamento.

ABSTRACT

The education, the environment and the citizenship are themes closely related. Where the education practice can be understood as an important constitutive part of the public sphere and promote capacity to policy action, it has a citizenship like your inalienable dimension. The environment is a collective thing, where we live together with the others, therefore it is a privileged field to policy action. Through Hanna Arendt's concept of human action it is possible to get policy dimension of the human condition, and to get the necessary basis to a new knowledge on the education and citizenship.

Key words: Education, citizenship, environment, policy action.

Não que essa dimensão não exista, mas a questão que se coloca para o educador é até que ponto dá conta da complexidade da ação humana?

Sem dúvida educar é uma tarefa muito difícil. Não é por acaso que Freud considerou a educação como uma das três profissões impossíveis, juntamente com governar e psicanalisar.

Contudo, a impossibilidade para a qual nos alerta Freud, aparece justamente quando ultrapassamos a esfera dos comportamentos e da ordem, e adentramos um outro campo, aquele das forças que determinam os comportamentos. Aí vamos encontrar os valores construídos histórica e socialmente; o desejo, no sentido psicanalítico, que é uma força que está para além da vontade consciente e imediata de alguma coisa; e a Ação política amplo sensu.

A formação dos valores, o exercício do desejo e da Ação constituem uma trama muito complexa, que não se deixa captar na mera expressão comportamental dos indivíduos. Embora as teorias comportamentais sejam amplamente utilizadas pela educação, e tenham demonstrado ser eficientes naquilo a que se propõe, é preciso recolocar os objetivos da prática educativa, situando-os para além da esfera comportamental. Se a educação quer realmente transformar a realidade não basta investir na mudança dos comportamentos, sem intervir nas condições do mundo em que as pessoas habitam.

(1) Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais - CERIS.

O mundo, com as relações sociais que o constituem, não pode ser traduzido num conjunto de comportamentos; ao contrário disto, os comportamentos e mesmo a experiência subjetiva dos homens num determinado momento histórico são em grande parte produzidos socialmente. A noção de indivíduo como célula mater e da sociedade como o conjunto dos indivíduos, faz parte do ideário liberal que pensa a sociedade atomisticamente. Esta concepção do real é estática, e está longe de apreender os múltiplos processos de produção dos sujeitos sociais e das subjetividades que estão em curso permanentemente.

Neste sentido, podemos redefinir a prática educativa como aquela que, juntamente com outras práticas sociais, está implicada no fazer histórico, é produtora de saberes e valores e, portanto, é por excelência constitutiva da esfera pública e da política, onde se exerce a ação humana.

2 A AÇÃO COMO CONDIÇÃO PARA TRANSFORMAÇÃO DA REALIDADE

É importante definir melhor o conceito de ação, diferenciando-o dos comportamentos individuais. Para tanto, recorro a uma importante filósofa contemporânea, Hanna Arendt, que introduziu este conceito, inspirada nas experiências da democracia grega e da república romana. Como define a autora:

*“A Ação, única atividade que se exerce diretamente entre os homens sem a mediação das coisas ou da matéria, corresponde à condição humana da pluralidade, ao fato de que homens, e não o Homem, vivem na terra e habitam o mundo. Todos os aspectos da condição humana têm alguma relação com a política; mas esta pluralidade é especificamente a condição de toda a vida política.”*²

Para Hanna Arendt a Ação é a expressão mais nobre da condição humana. Os homens se definem por seu Agir entre os outros homens, influenciando no mundo que os cerca. Esta capacidade de Agir em meio a diversidade de idéias e posições é a base da convivência democrática e do exercício da cidadania. Só aí, na pluralidade e na diversidade é possível desfrutar da liberdade de criar algo novo. Desta forma, o Agir humano é o campo próprio da educação enquanto prática social e política que pretende transformar a realidade.

Diferentemente dos comportamentos que repetem padrões aprendidos, a Ação é onde são produzidos os sentidos para as coisas, através do debate, do discurso e da palavra. É aí que os homens criam e decidem as regras do jogo social.

Na análise que Hanna Arendt faz da sociedade moderna, destaca como essa dimensão da Ação vem

perdendo terreno face à tendência conformista e homogeneizadora da sociedade de massas.

*“Um fator decisivo é que a sociedade, em todos os seus níveis, exclui a possibilidade de Ação. Ao invés de Ação, a sociedade espera de cada um de seus membros um certo tipo de comportamento, impondo inúmeras e variadas regras, todas elas tendentes a ‘normalizar’ os seus membros, a fazê-los ‘comportarem-se’, a abolir a ação espontânea ou a reação inusitada.”*³

A idéia de que os homens se comportam ao invés de Agir em relação aos outros tomou conta do imaginário moderno. O comportamento substituiu a ação como principal forma de relação humana. Este reducionismo — cuja expressão científica pode ser encontrada nas ciências comportamentais — está de acordo com uma sociedade que se estrutura para controlar e normatizar condutas. O espaço da política, da diversidade e da democracia tende a perder sua concretude na experiência moderna do convívio humano. Como afirma Arendt:

*“A triste verdade do behaviorismo e da validade de suas ‘leis’ é que quanto mais pessoas existem, maior é a possibilidade de que se comportem e menor é a possibilidade de que tolerem o não-comportamento. Estatisticamente, isto resulta num declínio da flutuação. Na realidade, os feitos perderão cada vez mais a sua capacidade de opor-se à maré do comportamento, e os eventos perderão cada vez mais a sua importância, isto é, sua capacidade de iluminar o tempo histórico. A uniformidade estatística não é de modo algum um ideal científico inócua, e sim o ideal político, já agora não mais secreto, de uma sociedade que, inteiramente submersa na rotina do cotidiano, aceita pacificamente a concepção científica inerente à sua própria existência”*⁴

3 A ESFERA PÚBLICA E O MUNDO COMUM

Contra a tendência conformista e normatizadora da sociedade contemporânea está a Ação política. Nesta perspectiva, o exercício da cidadania e a constituição da esfera pública estão mutuamente implicados.

Mantendo como referência o pensamento de Hanna Arendt, podemos assinalar a diferença entre duas esferas de atuação na vida humana: a pública e a privada. Enquanto na sua vida privada, o homem busca proteção e refúgio frente ao mundo, na esfera pública é que se situa a possibilidade da plena realização da condição humana. É no espaço público, através do discurso, que os homens podem Agir em meio à pluralidade dos outros

(2) ARENDT, H. 1989. *A condição humana*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, p.15.

(3) ARENDT, H. *op. cit.*, p.50.

(4) ARENDT, H. *op.cit.*, p.53.

homens, para transformar o mundo. O exercício da cidadania se dá dentro desse contexto. Ser cidadão é ser um ator político na esfera pública.

Em oposição à esfera pública, onde transitam os cidadãos livres, está a vida privada que, na sua origem, relaciona-se ao sentido de privação, "a privação da privatividade reside na ausência de outros"⁵. Assim, na Grécia, os escravos, privados da cidadania, estavam confinados ao mundo privado, sujeitos ao trabalho e a satisfação das necessidades.

O termo público, além do sentido da aparência, isto é, daquilo que pode ser visto e ouvido por todos, possui um outro sentido que mais nos interessa aqui que é o de designar o que é comum a todos.

A esfera pública enquanto o mundo comum é o substrato que define o campo onde os homens se encontram como cidadãos, tornando possível o exercício da política.

A política enquanto gestão democrática e cidadã do que é comum e, portanto, público, não corresponde a um certo tipo de ordem social que observamos hoje, onde regras que não foram construídas democraticamente podem ser impostas para todo o conjunto da sociedade, privilegiando alguns grupos em detrimento da maioria. O descrédito nesse tipo de prática política se justifica, na medida em que representa a inversão do espaço público, submetendo-o a interesses privados. Esse desinteresse pelo que é comum e público, beneficia a apropriação privada do que é, por direito, de todos, descaracterizando a esfera pública.

Quando a esfera pública está ameaçada, começa a valer a lei do mais forte, ou como já se tornou conhecida em nosso país, a idéia de "levar vantagem em tudo", visando apenas os próprios interesses. Esta situação denota a dificuldade de estabelecer regras compartilhadas coletivamente e de sustentar uma ética democrática.

4 OIKOS E AS MUTAÇÕES DA ECOLOGIA

Diante das questões levantadas anteriormente, a temática ecológica emerge como um dos campos mais interessantes para pensarmos como se constitui essa rica cadeia de relações entre o público, o privado e o exercício da cidadania. As lutas ecológicas, ao destacarem a idéia de meio ambiente como um espaço comum, de cuja gestão dependem as condições para a sobrevivência humana, acaba por detonar uma crítica vigorosa à sociedade contemporânea e propor um projeto alternativo de organização social.

É interessante, contudo, notar que essa compreensão do meio ambiente como bem comum e, portanto, espaço de Ação política, bem como da ecologia como uma luta ou um movimento social, são desdobramentos muito recentes da temática ambiental. Se examinarmos o percurso das transformações sofridas pelo radical

grego OIKOS, que está na raiz da palavra ecologia, e os sentidos que esta idéia foi adquirindo historicamente, veremos como a mesma palavra é portadora hoje de um sentido que contradiz sua acepção inicial

OIKOS designa originalmente no universo grego a esfera doméstica, privada, a casa, o lugar onde se habita, em oposição a ÁGORA, o espaço público onde os cidadãos livres se reuniam para discutir os assuntos da POLIS.

Este sentido foi resgatado e ao mesmo tempo modificado quando no século XIX, em 1866, o biólogo alemão Ernest Haeckel associou OIKOS ao LOGOS e designou por ecologia "a ciência da economia, dos hábitos, do modo de vida, das relações vitais externas dos organismos"⁶. Ainda dentro do paradigma científico, a ecologia enquanto uma especialização da biologia, já abrange mais do que o mundo "privado" dos hábitos dos indivíduos que estuda, valorizando o estudo das relações entre os seres vivos e destes com o meio natural.

O uso da ecologia para denominar um fenômeno social, movimento, ou campo de luta política, marca uma outra virada na trajetória de OIKOS. Ultrapassando o paradigma científico, ecologia passa a ser aplicada a um acontecimento social. Apesar das possíveis continuidades entre a compreensão sistêmica da interdependência das relações entre os seres vivos e a natureza, e a percepção de que a sobrevivência dos homens e da natureza é indissociável, a discussão do projeto civilizatório que a ecologia traz aponta para uma importante ruptura face ao significado científico do termo.

Dentro da concepção de ecologia como campo de luta social, prevalece a noção de meio ambiente como espaço e bem comum. Ao contrário do sentido etimológico de OIKOS, a luta ecológica vem justamente mostrar que o meio ambiente não é a casa, no sentido doméstico, privado, daquele espaço da intimidade. O meio ambiente é um espaço comum e, sobretudo, um espaço público onde habitamos com os outros. Por isso exige de nós outro tipo de conduta e outra lógica para a ação, diferentemente da lógica da privacidade e da intimidade.

Nesse sentido, não concordamos com uma pedagogia romântica, que, ao entender as relações homem-meio dentro da esfera doméstica, subtrai ao meio ambiente seu caráter de espaço público, no sentido de locus privilegiado da Ação política, estendendo ao meio ambiente a mesma lógica da vida privada. Não se trata de reduzir a natureza a um sucedâneo do jardim doméstico.

O meio ambiente tem um aspecto físico, geográfico, mas é principalmente social. Poderíamos ainda chamá-lo mais adequadamente de convivencial. Essa convivência implica em estarmos permanentemente em comunicação, influenciando, discutindo, em meio aos outros. Isto exige um código de conduta muito diferente daquele que rege as atitudes domésticas. Não significa que as decisões individuais, tomadas no âmbito da vida doméstica, não tenham um impacto sobre o meio ambiente, enquanto espaço comum. Todavia, é importante

(5) ARENDT, H. *op.cit.*, p.68.

(6) Cf. DROUIN, J. M. 1991 - Reinverter la Nature - Le ecologie et son histoire. Paris, Desclée de Brouwer.

ressaltar a diferença entre os códigos que regem uma e outra esfera das atividades humanas, sob pena de reduzir as questões sócio-ambientais à soma dos comportamentos individuais, e perder de vista o que há de mais transformador na dimensão política da luta ambiental.

5 OS CONFLITOS AMBIENTAIS E A EMERGÊNCIA DE NOVOS SUJEITOS COLETIVOS

Os conflitos ambientais são a expressão de conflitos sociais que têm a natureza como suporte. Revelam muitas vezes o confronto entre os interesses privados e o bem coletivo. Embora os elementos que constituem o meio ambiente não sejam passíveis, em sua maioria, de apropriação privada, como o ar, a água, os rios, etc., podem estar sujeitos a um uso que favorece interesses privados em detrimento de uma coletividade.

Quando uma indústria libera resíduos tóxicos através de uma chaminé, está atingindo um espaço que não diz só respeito a ela mas atinge a todos os que trabalham lá e moram nas imediações. Quando os resíduos são liberados num rio, essas indústrias estão afetando as condições ambientais das quais depende a sobrevivência de toda a população que utiliza a água desse rio, ou se serve dele para pesca, transporte, etc.

Aqui poderíamos enumerar inúmeras lutas sociais que se dão a partir de conflitos ambientais, como a luta das populações atingidas pela construção de grandes barragens; a luta dos índios, pescadores e demais segmentos das populações tradicionais da Amazônia, que tem na poluição dos rios pelo mercúrio, causada pela atividade do garimpo, uma ameaça efetiva à sua sobrevivência física e cultural; a luta dos trabalhadores da indústria química na baixada fluminense, pelo controle dos padrões ambientais no processo de produção, dentro da indústria, bem como no impacto da atividade industrial na comunidade onde ela se encontra.

Essas lutas, que nem sempre são classificadas como ecológicas, no sentido estrito, trazem à luz novos atores sociais, cuja identidade se afirma justamente a partir do conflito que os mobiliza.

Apesar de haver uma forte dimensão comum e o direito de todos a um meio ambiente de qualidade estar garantido na constituição, existem enormes diferenças na maneira como cada setor da sociedade afeta o meio ambiente e é afetado por ele. As populações mais pobres são, em geral, as que pagam mais caro com sua saúde prejudicada e a sua vida encurtada pelas péssimas condições ambientais, a má gestão do espaço público.

Assim como acontece com o que é comum quando a esfera pública se deteriora, o meio ambiente é apropriado pelos interesses privados e ao mesmo tempo tratado como terra de ninguém, onde a responsabilidade pelos prejuízos causados à população dificilmente são evitados ou assumidos por alguém.

Ainda, a título de exemplo, podemos lembrar a luta da comunidade da Cidade dos Meninos, na Baixada Fluminense contra um depósito de substância tóxica, que vem há anos contaminando aquela população. Desde que foi desativado, no início da década de 80, um Instituto de Malariologia do Ministério da Saúde, restou

nesta comunidade um depósito de BHC, ou pó-de-broca — um inseticida altamente tóxico, proibido no Brasil desde 1985. Uma parte desse inseticida foi enterrado, contaminando um lençol freático que atinge um raio de 19 milhões de m². Outra parte ficou exposta num lugar onde circulavam crianças, animais, contaminando uma área de 13.000 m². Essa situação que se prolonga há anos já causou vários óbitos por intoxicação, entre os moradores do local. Está em curso uma ação judicial desta comunidade contra a União Federal pedindo que esta se responsabilize pelo fato e remova o lixo tóxico. A União reconhece o problema mas encontra dificuldades para executar a remoção devido ao alto custo financeiro desta operação, que exige uma tecnologia muito sofisticada.

A ecologia e as lutas sociais como esta, vem reafirmar que a questão do meio ambiente é um problema público e um campo de luta política onde se enfrentam interesses divergentes. Não basta amar a natureza, é preciso entender e influir sobre como o direito à vida dos homens e da natureza é ou não garantido pelas decisões políticas. Afinal, o direito à vida não está garantido para aqueles que moram na Cidade dos Meninos, ou ainda para todos os brasileiros quando por falta de saneamento básico ficam expostos ao cólera.

Para construirmos valores mais solidários e garantirmos o direito à vida para nossa geração e aquelas que virão não basta ser amigo das árvores e dos animais, é preciso criar práticas sociais efetivamente democráticas e solidárias na relação entre os homens.

6 EDUCAÇÃO AMBIENTAL E CIDADANIA

Entendendo o meio ambiente como o espaço comum, de convivência, onde afetamos e somos afetados pelas Ações que se dão na esfera pública, meio ambiente, política e cidadania estão absolutamente relacionados.

Educar para a cidadania é construir a possibilidade da Ação política, no sentido de contribuir para formar uma coletividade que é responsável pelo mundo que habita. Ter uma atitude ecológica, é assumir essa responsabilidade que se exerce em todo o tempo e lugar, sendo cidadão. A educação pode ter um papel fundamental na construção dessas práticas sociais cidadãs, desde que assuma sua inalienável dimensão política. Educar é fazer política e todo educador está referido à esfera pública.

Afirmar a dimensão política da educação não é propriamente uma novidade, ao contrário, resgata uma tradição. Mais uma vez, vamos encontrar na etimologia grega da palavra educação: EX-DÚCERE, que significa literalmente conduzir para fora, seu caráter político. Na sociedade grega o pedagogo era aquele que conduzia os cidadãos da OIKOS para a ÁGORA, acompanhando-as na transição dos assuntos domésticos, na esfera privada, para exercício da atividade política na ÁGORA, na esfera pública.

Este sentido antigo da prática educativa foi transformado com o advento da modernidade. Seguindo o

movimento predominante de esvaziamento da esfera pública e valorização do que se passa na esfera privada, a educação também sofreu o processo de interiorização que caracteriza a cultura moderna ⁷.

Nos séculos XVIII e XIX temos a figura do preceptor, que, ao contrário do pedagogo grego, trazia a prática educativa para o interior da casa. As artes, a etiqueta, a música e as informações que a burguesia ascendente precisava eram ministradas pelo preceptor, cuja função era a formação do indivíduo.

Os educadores têm hoje à sua disposição tanto a tradição que desde a antiguidade grega dimensionou a educação como formação do cidadão e atividade política por excelência; quanto à herança moderna que tende a tratar a educação como uma prática que se situa no campo que, grosso modo, poderíamos chamar "doméstico", da formação do indivíduo, do cultivo da personalidade, do ensino dos bons hábitos e bons comportamentos.

A escolha pela concepção de educação que deve orientar a prática educativa é sobretudo, uma decisão política. No que tange à educação ambiental, esta decisão torna-se mais grave e mais urgente, uma vez que a generalização do discurso ecológico e as muitas concepções de meio ambiente que circulam atualmente, promovem uma espécie de "Torre de Babel", onde todos estão falando a mesma coisa sem que haja um nível de comunicação efetiva.

Acredito que, se quisermos de fato promover um questionamento das relações homem-meio ambiente, visando uma gestão mais democrática e cidadã do meio ambiente, deveremos passar necessariamente pelo questionamento das relações sociais e pelo resgate da cidadania enquanto Ação política. A luta ecológica como demonstramos anteriormente pode ser uma luta por relações sociais democráticas que permitam o pleno exercício da cidadania. Só desta forma o direito à vida e a um meio ambiente de qualidade pode ser garantido para todos.

(7) Sobre o esvaziamento da esfera pública na sociedade moderna, e o conceito de interiorização que caracteriza o processo pelo qual se amplia a esfera privada, substituindo a esfera pública e descaracterizando-a enquanto tal, ver SENNETT, R. 1989. O declínio do homem Público: as tiranias da intimidade. São Paulo, Companhia das Letras, 477p.